

PODERES ADMINISTRATIVOS

1. (Fiscal Trabalho 2003) Tratando-se dos poderes administrativos, correlacionam as duas colunas, vinculando a cada situação o respectivo poder:

- 1) poder hierárquico
- 2) poder disciplinar
- 3) poder discricionário
- 4) poder de polícia
- () penalidade em processo administrativo
- () nomeação para cargo de provimento em comissão
- () delegação de competências
- () limitação do exercício de direitos
- a) 2 3 1 4
- b) 4 2 1 3
- c) 4 3 2 1
- d) 2 1 3 4
- e) 4 2 3 1

2. (Auditor Fiscal da Receita Federal 2005) Considerando-se os poderes administrativos, relacione cada poder com o respectivo ato administrativo e aponte a ordem correta.

- (1) poder vinculado
- (2) poder de polícia
- (3) poder hierárquico
- (4) poder regulamentar
- (5) poder disciplinar
- () decreto estadual sobre transporte intermunicipal.
- () alvará para construção de imóvel comercial
- () aplicação de penalidade administrativa a servidor
- () avocação de competência por autoridade superior
- () apreensão de mercadoria ilegal na alfândega
- a) 3 2 5 4 1
- b) 1 2 3 5 4
- c) 4 1 5 3 2
- d) 2 5 4 1 3
- e) 4 1 2 3 5

3. (Gestor Fazendário MG 2005) No que tange aos poderes administrativos, assinale a opção correta.

- a) Em face do poder hierárquico, um órgão consultivo que integre a estrutura do Poder Executivo, por exemplo, deve exarar manifestação que se harmonize com o entendimento dado à matéria pelo chefe de tal Poder.
- b) Por sua natureza, a Secretaria de Receita Estadual não tem poder de polícia, que é característico da Secretaria de Segurança do Estado.
- c) Uma vez que o Direito não admite lacunas legislativas, e a Administração Pública deve sempre buscar atender o interesse público, o poder regulamentar, como regra, autoriza que o Poder Executivo discipline as matérias que ainda não foram objeto de lei.
- d) Em vista da grande esfera de atuação do Poder Executivo, o poder regulamentar se distribui entre diferentes autoridades que compõem tal poder, que expedem portarias e instruções normativas, conforme a área de especialização técnica de cada qual.
- e) Nem sempre as medidas punitivas aplicadas pela Administração Pública a particulares terão fundamento no poder hierárquico.

4. (Auditor Fiscal da Receita Federal 2005) Com a Emenda Constitucional n. 32, de 2001, à Constituição Federal autorizou o presidente da República, mediante Decreto, a dispor sobre:

- a) extinção de funções públicas, quando vagas.
- b) extinção de cargos e funções públicas, quando ocupados por servidores não estáveis.
- c) funcionamento da administração federal, mesmo quando implicar em aumento de despesa.
- d) fixação de quantitativo de cargos dos quadros de pessoal da Administração Direta.
- e) criação ou extinção de órgãos e entidades públicas.

5. (Auditor Fiscal da Receita Estadual SEFAZ-CE 2007) A aplicação da penalidade de advertência a servidor público

infrator, por sua chefia Imediata, é ato administrativo que expressa a manifestação do poder.

- a) hierárquico.
- b) regulamentar.
- c) de polícia.
- d) disciplinar.
- e) vinculado.

6. (Advogado do IRB 2006) Considerando que o poder de polícia pode incidir em duas áreas de atuação estatal, a administrativa e a judiciária, relacione cada área de atuação com a respectiva característica e aponte a ordem correta.

- (1) Polícia Administrativa
- (2) Polícia Judiciária
- () Atua sobre bens, direitos ou atividades.
- () Pune infratores da lei penal.
- () É privativa de corporações especializadas.
- () Atua preventiva ou repressivamente na área do ilícito administrativo.
- () Sua atuação incide apenas sobre as pessoas.
- a) 1 2 2 1 2
- b) 2 1 2 1 2
- c) 2 2 2 1 1
- d) 1 2 1 1 2
- e) 1 2 2 2 1

7. (Gestor Fazendário MG 2005) Com relação ao poder de polícia, assinale a opção incorreta.

- a) Não se pode falar em utilização de poder de polícia pela Administração indireta
- b) Como regra, tal poder será discricionário.
- c) O meio de ação que concretize a atuação do poder de polícia encontra limites no princípio da proporcionalidade.
- d) Nem sempre as ações atinentes ao poder de polícia serão auto-executáveis.
- e) O poder de polícia não abrange apenas medidas repressivas.

8. (Auditor do Tesouro Municipal RN 2008) Marque a opção incorreta, quanto aos Poderes Administrativos.

- a) O poder regulamentar ou normativo é uma das formas pelas quais se expressa a função normativa do Poder Executivo.
- b) A Administração Pública, no uso do Poder disciplinar, apura infrações e aplica penalidades não só aos servidores públicos como às demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- c) A Administração Pública não pode, ao fazer uso do Poder de Polícia, restringir os direitos individuais dos cidadãos, sob pena de infringir a Constituição Federal.
- d) A organização administrativa é baseada em dois pressupostos fundamentais: a distribuição de competências e a hierarquia.
- e) O Poder de Polícia tanto pode ser discricionário como vinculado.

ATOS ADMINISTRATIVOS

1. (Advogado do IRB 2004) Quando se verifica que a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido, temos vício do ato administrativo em relação ao seguinte elemento:

- a) finalidade
- b) objeto
- c) forma
- d) sujeito
- e) motivo

2. (Técnico em Finanças e Controle SFC 2000) O requisito do ato administrativo que se vincula à noção de permanente e necessária satisfação do interesse público é:

- a) objeto
- b) finalidade
- c) competência
- d) motivo
- e) forma

3. (Analista de Finanças e Controle SFC 2000) O ato administrativo pode apresentar diversos vícios. Tratando-se de vício relativo ao sujeito, temos que, quando o agente público extrapola os limites de sua competência, ocorre:

- a) desvio de poder
- b) função de fato
- c) excesso de poder
- d) usurpação de função
- e) desvio de finalidade.

4. (Analista Contábil SEFAZ-CE 2007) Assinale a opção que contenha os elementos do ato administrativo passíveis de reavaliação quanto à conveniência e oportunidade no caso de revogação.

- a) Competência finalidade
- b) Motivo objeto
- c) Forma motivo
- d) Objeto finalidade
- e) Competência forma

5. (TC/RN 2000) A figura do "excesso de poder" classifica-se como vício em relação ao seguinte elemento do ato administrativo:

- a) forma
- b) motivo
- c) finalidade
- d) competência
- e) objeto

6. (Auditor Fiscal da Receita Federal 2005) Analise o seguinte ato administrativo:

O Governador do Estado Y baixa Decreto declarando um imóvel urbano de utilidade pública, para fins de desapropriação, para a construção de uma cadeia pública, por necessidade de vagas no sistema prisional. Identifique os elementos desse ato, correlacionando às duas colunas.

- (1) Governador do Estado
- (2) Interesse Público
- (3) Decreto
- (4) Necessidade de vagas no sistema prisional
- (5) Declaração de utilidade pública

- () finalidade
- () forma
- () motivo
- () objeto
- () competência

- a) 4 3 5 2 1
- b) 4 3 2 5 1
- c) 2 3 4 5 1
- d) 5 3 2 4 1
- e) 2 3 5 4 1

7. (Auditor GEFAZ/MG 2005) Relativamente aos atributos dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- a) Há atos administrativos para os quais a presunção de legitimidade (ou legalidade) é absoluta, ou seja, por terem sido produzidos na órbita da Administração Pública, não admitem a alegação, por eventuais interessados, quanto à ilegalidade de tais atos.
- b) A presunção de legitimidade não está presente em todos os atos administrativos, o que fundamenta a possibilidade de seu desfazimento pelo Poder Judiciário.
- c) Não se pode dizer que a imperatividade seja elemento de distinção entre os atos administrativos e os atos praticados por particulares, eis que estes últimos também podem, em alguns casos, apresentar tal atributo (por exemplo, quando defendem o direito de propriedade).
- d) O ato administrativo nem sempre apresenta o atributo da imperatividade, ainda que o fim visado pela Administração deva ser sempre o interesse público.
- e) O ato administrativo que tenha auto-executoriedade não pode ser objeto de exame pelo Poder Judiciário, em momento posterior, pois já produziu todos os seus efeitos.

8. (Especialista em Políticas Públicas MPOG 2002) No âmbito do regime jurídico-administrativo, a presunção de legitimidade dos atos da Administração Pública não se caracteriza por

- a) classificar-se como presunção absoluta
- b) admitir a execução imediata da decisão administrativa
- c) ter o efeito de inverter o ônus da prova

- d) criar obrigações para o particular, independentemente de sua aquiescência.
- e) admitir prova em contrário.

9. (Auditor Fiscal da Receita Federal 2003) O denominado poder extroverso do Estado ampara o seguinte atributo do ato administrativo:

- a) imperatividade
- b) presunção de legitimidade
- c) exigibilidade
- d) tipicidade
- e) executoriedade.

10. (Analista Judiciário TRF 2002) O mérito é aspecto do ato administrativo que, particularmente diz respeito à (ao)

- a) conveniência de sua prática,
- b) sua forma legal.
- c) sua motivação fática
- d) princípio da legalidade
- e) poder vinculado.

11. (Analista MPU 2004) Com referência à discricionariedade, assinale a afirmativa verdadeira.

- a) A discricionariedade manifesta-se, exclusivamente, quando a lei expressamente confere à administração competência para decidir em face de uma situação concreta.
- b) O poder discricionário pode ocorrer em qualquer elemento do ato administrativo
- c) É possível o controle judicial da discricionariedade administrativa, respeitados os limites que são assegurados pela lei à atuação da administração.
- d) O princípio da razoabilidade é o único meio para se verificar a extensão de discricionariedade no caso concreto.
- e) Pela moderna doutrina de direito administrativo, afirma-se que, no âmbito dos denominados conceitos jurídicos indeterminados, sempre ocorre a discricionariedade administrativa.

12. (Técnico da Receita Federal 2003) No âmbito da Administração Pública Federal, o ato administrativo, quando eivado de vício insanável de legalidade do qual tenha gerado efeitos patrimoniais, para terceiros de boa-fé,

- a) só pode ser anulado, administrativamente, no prazo decadencial de cinco anos.
- b) pode ser anulado, a qualquer tempo, com eficácia ex nunc (doravante), desde que respeitados os direitos adquiridos.
- c) não pode ser anulado, sequer por decisão judicial.
- d) só por decisão judicial é que pode vir a ser reformado.
- e) torna-se irreversível, em razão da presunção de legalidade e da segurança jurídica.

13. (Advogado IRB 2006) Tício, servidor público de uma Autarquia Federal, aprovado em concurso público de provas e títulos, ao tomar posse, descobre que seria chefiado pelo Sr. Abel, pessoa com quem sua família havia cortado relações, desde a época de seus avós, sem que Tício soubesse sequer o motivo. Depois de sua primeira semana de trabalho, apesar da indiferença de seu chefe, Tício sentisse feliz, era seu primeiro trabalho depois de tanto estudar para o concurso ao qual se submetera. Qual não foi sua surpresa ao descobrir, em sua segunda semana de trabalho, que havia sido removido para a cidade de São Paulo, devendo, em trinta dias adaptar-se para se apresentar ao seu novo chefe, naquela localidade.

Considerando essa situação hipotética e os preceitos, a doutrina e a jurisprudência do Direito Administrativo Brasileiro, assinale a única opção correta.

- a) A conduta do Sr. Abel não merece reparos, posto que amparada pela lei.
- b) O Sr. Abel agiu com excesso de poder, razão pela qual seu ato padece de vício.
- c) O Sr. Abel agiu corretamente, na medida em que Tício ainda se encontrava em estágio probatório.
- d) O Sr. Abel incidiu em desvio de finalidade, razão pela qual o ato por ele praticado merece ser anulado.

e) Considerando que o ato do Sr. Abel padece de vício, o mesmo deverá ser revogado.

14. (Analista de Finanças e Controle CGU 2006) A Administração Pública pode e/ou deve anular os seus próprios atos, evitados de vícios, que os tornem ilegais,

- a) o que é insusceptível de controle jurisdicional.
- b) o que opera com efeito ex nunc (doravante).
- c) porque deles não se originam direitos.
- d) ressalvados os direitos adquiridos.
- e) sobre o que não opera decadência.

15. (Procurador DF 2004) O ato administrativo:

- a) pode ser anulado pela Administração, por motivo de conveniência, a qualquer tempo.
- b) só pode ser anulado por meio de ação popular.
- c) pode ser anulado, no prazo de cinco anos, quando viciado por ilegalidade.
- d) pode ser revogado, em cinco anos, sem que as partes possam invocar direito adquirido.
- e) uma vez praticado, não pode ser revogado.

16. (Oficial de Chancelaria MRE 2002) Os atos administrativos, pelos quais são anulados e revogados outros anteriores, têm em comum o fato de que em ambos os casos

- a) é dispensável a motivação.
- b) é necessária a motivação.
- c) produzem efeitos doravante (ex nunc).
- d) produzem efeitos retroativos (ex tunc).
- e) ficam resguardados os direitos adquiridos, enquanto vigoraram os atos anulados e ou revogados.

17. (Auditor do Tesouro Municipal RN 2008) Quanto à extinção do ato administrativo, é correto afirmar:

- a) é factível a convalidação de todo ato administrativo
- b) os efeitos da revogação retroagem à data inicial de validade do ato revogado
- c) a caducidade do ato ocorre por razões de ilegalidade
- d) a anulação pode-se dar por ato administrativo ou judicial
- e) oportunidade e conveniência justificam a cassação do ato administrativo

18. (Auditor Fiscal da Receita Federal 2005) Em relação à invalidação dos atos administrativos, é incorreto afirmar que

- a) a anulação pode se dar mediante provocação do interessado ao Poder Judiciário
- b) a revogação tem os seus efeitos *ex nunc*.
- c) tratando-se de motivo de conveniência ou oportunidade, a invalidação dar-se por revogação.
- d) anulação e revogação podem incidir sobre todos os tipos de ato administrativo.
- e) diante do ato viciado, a anulação é obrigatória para a Administração.

19. (Gestor Fazendário MG 2005) Suponha que Poder Executivo Estadual tenha exarado um ato administrativo que, ainda que não fosse ilegal, era inconveniente e inoportuno.

Assinale a opção que corresponde à(s) providenciais que poderia(m) ser tomada(s), em face de tal ato.

- a) O princípio da autotutela da Administração permite apenas ao Poder Executivo anulá-lo.
- b) Tanto o Poder Executivo como o Poder Judiciário poderiam anulá-lo (este, apenas se provocado por eventuais interessados).
- c) O Poder Executivo poderia revogá-lo, não podendo, o Poder Judiciário, revogá-lo ou anulá-lo.
- d) O Poder Executivo poderia anulá-lo, mas apenas se o Poder Judiciário assim o determinasse.
- e) Uma vez já exarado o ato, somente o Poder Judiciário poderia tomar providências quanto a ele.

20. (Auditor-Fiscal do Trabalho TEM 2003) A convalidação de ato administrativo decorre de certos pressupostos. Não se inclui entre estes pressupostos:

- a) não acarretar lesão ao interesse público.
- b) não causar prejuízo a terceiros.

c) o defeito ter natureza sanável.

d) juízo de conveniência e oportunidade da autoridade competente.

e) autorização judicial quando se tratar de matéria patrimonial.

21. (Analista TI SEFAZ-CE 2007) São pressupostos para a convalidação do ato administrativo, exceto:

- a) ausência de discricionariedade.
- b) ausência de prejuízo a terceiros.
- c) existência de defeitos sanáveis.
- d) ausência de má-fé.
- e) ausência de lesão ao interesse público

22. (Analista de Finanças e Controle STN 2000) Tratando-se de convalidação do ato administrativo é correto afirmar, exceto:

- a) o ato de convalidação classifica-se como ato discricionário
- b) os efeitos da convalidação retroagem à data da prática do ato convalidado
- c) é factível a convalidação quando se tratar de vício quanto ao motivo
- d) não se admite convalidação quando o ato está viciado por incompetência em razão da matéria
- e) a convalidação de ato viciado quanto à forma é possível, desde que esta não seja essencial à validade do ato.

LICITAÇÃO PÚBLICA

1. (Analista de Finanças e Controle CGU 2006) A licitação, regulada pela Lei nº 8.666 93, destina-se a garantir observância do princípio constitucional da isonomia e a seleciona propostas de preços mais baratos, para a Administração contratar compras, obras e serviços, devendo ser processada e julgada com observância da impessoalidade igualdade e publicidade, entre outros.

- a) Correta a assertiva.
- b) Incorreta, porque o sigilo da licitação afasta a observância do princípio da publicidade.
- c) Incorreta a assertiva, porque a licitação destina-se a selecionar proposta mais vantajosa para a Administração, ainda que eventualmente não seja a mais barata
- d) Incorreta, porque a exigência de habilitação prévia afasta a observância do princípio da impessoalidade.
- e) Incorreta, porque a exigência de condições passíveis de valorar propostas afasta a incidência do princípio da igualdade.

2. (Auditor Fiscal RN 2004) - A licitação, conforme previsão expressa na Lei nº 8.666 93, destina-se à observância do princípio constitucional da isonomia e, em relação à Administração Pública, a selecionar a proposta que lhe

- a) ofereça melhores condições.
- b) seja mais conveniente.
- c) seja mais vantajosa.
- d) proporcione melhor preço.
- e) atenda nas suas necessidades.

3. (AnalistaMPOG 2001) O tipo de licitação de maior lance ou oferta, prevista na Lei nº 8.666 93, ocorre na:

- a) aquisição de bens e serviços de informática
- b) construção de obras públicas
- c) concessão de direito real de uso
- d) aquisição de material permanente
- e) contratação de serviços técnicos especializados

4. (Procurador da Fazenda Nacional 2004) Sobre as modalidades de licitação, assinale a opção correta.

- a) O Pregão, por ser modalidade que não está inserida entre as previstas na Lei nº 8.666, de 1993 (que estabelece normas gerais sobre licitações em contratos administrativos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios) somente pode ser utilizado, na sistemática atual, pela União.
- b) Nos casos em que couber a Concorrência, a Administração sempre poderá utilizar a Tomada de Preços; a recíproca, contudo, não é verdadeira.
- c) A Lei nº. 8.666, de 1993, ao disciplinar a modalidade Concurso, estabelece normas gerais a serem observadas nos

concursos públicos para a seleção de candidatos à ocupação de cargos e empregos públicos.

d) O Convite é modalidade de licitação da qual somente podem participar licitantes previamente cadastrados pela Administração.

e) A Lei nº. 8.666, de 1993, veda a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das modalidades nela referidas.

5. (Analista TCU 2001) A etapa preliminar da pré-qualificação é possível na seguinte modalidade licitatória:

- a) leilão
- b) carta-convite
- c) tomada de preços
- d) concorrência
- e) concurso

6. (Analista de Finanças e Controle CGU 2006) Um hospital público federal pretende comprar um equipamento de exame clínico, necessário às suas atividades. Ocorre que esse equipamento é fabricado no exterior, não tem similar nacional, e, apenas uma empresa representa, no Brasil, com exclusividade, o fabricante.

Nessa hipótese, o hospital

- a) está obrigado a realizar licitação para compra do equipamento.
- b) pode realizar a compra, sem licitação, por se tratar de caso de dispensa de licitação.
- c) não pode comprar o equipamento em face da impossibilidade de competição.
- d) pode realizar a compra, sem licitação, por se tratar de caso de inexigibilidade de licitação.
- e) deve solicitar uma autorização especial ao Tribunal de Contas da União para realizar a aquisição.

7. (Analista de Finanças e Controle STN 2000) A modalidade do pregão, recentemente inserida no âmbito do procedimento licitatório, tem as seguintes características, exceto:

- a) exigência de garantia de proposta pelos licitantes
- b) a disputa ocorre por meio de propostas e lances em sessão pública
- c) inversão de fases, ocorrendo a habilitação a posteriori
- d) maior celeridade de suas fases
- e) possibilidade de negociação do preço com o licitante vencedor.

8. (Contador da prefeitura de Recife 2003) A nova modalidade de licitação, o pregão, pode ser utilizada para:

- a) contratação de obras e serviços de engenharia.
- b) contratação de serviços técnicos especializados.
- c) aquisição de bens de informática, de qualquer natureza.
- d) qualquer tipo de aquisição ou contratação.
- e) aquisição de bens e serviços comuns.

9. (Procurador da Fazenda Nacional 2004) Especificamente quanto à modalidade de licitação denominada Pregão, assinale a opção incorreta.

- a) Tal modalidade somente é cabível para aquisição de bens ou contratação de serviços considerados comuns.
- b) É possível, em tal modalidade, a realização de licitação por meio eletrônico, conforme regulamentação específica.
- c) Em tal modalidade de licitação, é possível a apresentação não apenas de propostas escritas, mas também de lances verbais.
- d) Em tal modalidade de licitação, primeiro se promove o exame dos requisitos de habilitação dos licitantes, para somente após passar à fase de avaliação das propostas de preços.
- e) Aplicam-se apenas subsidiariamente, para a modalidade Pregão, as normas da Lei no 8.666, de 1993.

10. (Analista de Finanças e Controle 2005) A modalidade de licitação "pregão", instituída pela Lei Federal 10.520/02, destina-se à:

- a) contratação de obras, serviços e compras de pequeno valor.
- b) aquisição de bens de uso permanente.
- c) contratação de serviços continuados.
- d) aquisição de bens e serviços e contratação de obras de reforma.
- e) aquisição de bens e serviços comuns.

11. (Auditor Fiscal da Receita Federal 2001) Em relação ao pregão, nova modalidade de licitação, não é correto afirmar:

- a) poderá haver lances verbais e sucessivos no curso da sessão
- b) a fase de habilitação ocorre a posterior, em relação ao julgamento da proposta.
- c) é vedada a exigência de garantia de proposta
- d) o prazo para a apresentação das propostas não será inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso.
- e) se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, novo pregão deve ser realizado.

12. (Analista de Compras da Prefeitura do Recife 2003) Não é cabível a dispensa de licitação nos casos em que se configura uma situação de

- a) calamidade pública.
- b) emergência.
- c) inviabilidade de competição.
- d) restauração de obra de arte.
- e) não acudirem interessados à competição.

13. (Analista de Compras da Prefeitura do Recife 2003) Nas contratações para compras, obras e serviços públicos, conforme previsto na Lei nº 8.666/93, a autoridade administrativa

- a) deve licitar, se o caso específico não for expressamente previsto na lei como possível de dispensa ou inexigibilidade.
- b) está sempre obrigada a fazer licitação.
- c) pode deixar de licitar, a seu critério de conveniência.
- d) pode dispensar a licitação, nos casos expressamente previstos na lei.
- e) pode optar entre licitação, dispensa e ou inexigibilidade.

14. (Procurador da Fazenda Nacional 2004) Entre as opções a seguir, marque aquela apta a justificar o reconhecimento de inexigibilidade de licitação.

- a) Casos de aquisição de bens junto a representante comercial exclusivo caracterizando inviabilidade de competição.
- b) Casos de contratação em ocasiões de grave perturbação da ordem.
- c) Casos em que caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas.
- d) Casos de contratação de remanescente de serviço, em consequência de rescisão contratual, atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.
- e) Casos de contratação de prestação de serviços com organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

15. (Auditor INSS 2002) De acordo com previsão expressa contida na Lei nº8.666/93, é cabível inexigibilidade de licitação e não sua dispensa, para a contratação de serviço

- a) de pequeno valor, até 10% do limite fixado para convite.
- b) quando não acudirem interessados à licitação anterior que não possa ser repetida
- c) de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada.
- d) de impressão do Diário Oficial.
- e) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional.

16. (Auditor Fiscal INSS 2002) De acordo com previsão expressa contida na Lei nº 8.666/93, é cabível a inexistência de licitação e não sua dispensa, para a contratação de serviço

- a) de pequeno valor, até 10% do limite fixado para convite.
- b) quando não acudirem interessados à licitação anterior que não possa ser repetida.
- c) de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada.
- d) de impressão do Diário Oficial.
- e) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional.

17. (Técnico da Receita Federal 2003) Conforme previsão expressa na Lei nº 8.666/93, quando caracterizada a inviabilidade de competição, para a contratação de determinado serviço específico, a licitação será considerada

- a) dispensável
- b) facultativa
- c) inexigível
- d) obrigatória
- e) proibida

18. (Auditor do Tesouro Municipal Prefeitura do Recife 2003) No âmbito da legislação de licitação, existe vedação para a contratação direta, com base em inexigibilidade por notória especialização, de serviços de:

- a) publicidade e divulgação.
- b) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas.
- c) auditorias financeiras ou tributárias.
- d) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.
- e) restauração de obras de arte.

19. (Analista Jurídico SEFAZ-CE 2007) Assinale a opção que apresente a correlação correta.

- (1) Licitação dispensável
 - (2) Licitação dispensável
 - (3) Licitação inexigível
 - () Contratação de profissional do setor artístico.
 - () Contratação de associação de portadores de deficiência física sem fins lucrativos, de comprovada idoneidade.
 - () Contratação de serviços singulares com profissionais de notória especialização.
 - () Alienação de bem público por dação em pagamento.
 - () Doação de bem público para outro órgão ou entidade da Administração Pública.
- a) 3 2 3 1 1
 - b) 2 1 2 3 2
 - c) 1 1 2 3 3
 - d) 3 1 2 1 1
 - e) 1 1 3 3 2

LEI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL (LEI Nº 9.784/99)

1. (TRF 2002) A avocação é um fenômeno, inerente ao poder hierárquico aplicável ao processo administrativo, pelo qual a autoridade pode em certos casos como assim previsto na Lei nº 9.784/99,

- a) delegar competência a órgão inferior.
- b) rever decisão em instância recursal.
- c) exercer delegação de órgão superior.
- d) exercer competência atribuída a órgão inferior.
- e) rever suas próprias decisões.

2. (Assistente Jurídico AGU 99) Com relação à competência administrativa não é correto afirmar:

- a) é inderrogável, pela vontade da Administração.
- b) pode ser distribuída por critérios territoriais e hierárquicos
- c) decorre necessariamente de lei
- d) pode ser objeto de delegação
- e) pode ser alterada por acordo entre a Administração e os administrados interessados.

3. (Procurador da Fazenda Nacional 2004) Sobre a delegação de competência administrativa, assinale a opção correta.

a) É possível a delegação da decisão de recursos administrativos, ainda que não o seja para atos de caráter normativo.

b) Em vista da necessidade de segurança jurídica aos atos da Administração, não se admite, em regra, que o ato de delegação seja revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

c) Não há a necessidade, como regra, de que o ato de delegação e o de sua revogação sejam publicados no meio oficial.

d) As decisões adotadas por delegação consideram-se editadas pelo delegante.

e) Se não houver impedimento legal, e for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, é possível a um órgão administrativo delegar parte de sua competência a outro órgão, ainda que este não lhe seja hierarquicamente subordinado.

4. (Analista de Finanças e Controle CGU 2006) Por decorrência do poder hierárquico da Administração Pública, surge o instituto da delegação de competências. Assinale, entre as atividades abaixo, aquela que não pode ser delegada.

- a) Matéria de competência concorrente de órgão ou entidade.
- b) Edição de atos de nomeação de servidores.
- c) Decisão de recursos administrativos.
- d) Homologação de processo licitatório.
- e) Aplicação de pena disciplinar a servidor.

5. (TRF 2002) O princípio da motivação, a que a Administração Pública Federal está obrigada a obedecer, de acordo com o que dispõem os arts. 2º e 5º da Lei nº 9.784 de 29/01/1999, consiste em ter de indicar nos seus atos administrativos os respectivos pressupostos fáticos e jurídicos, sendo isso dispensável, porém, nos casos em que a autoridade decide

- a) processo administrativo de concurso público.
- b) dispensa de procedimento licitatório.
- c) recurso administrativo.
- d) em decorrência de reexame de ofício.
- e) caso concreto aplicando jurisprudência sobre ele já firmada.

6. (Auditor INSS 2002) De modo geral, conforme previsto em lei, os processos administrativos, de que resultem sanções, poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes, susceptíveis de justificar a inadequação da penalidade aplicada, a qual poderá ser agravada, se for o caso, conforme o que resultar daquela revisão.

- a) Correta a assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque só cabe revisão do processo a pedido do respectivo interessado.
- c) Incorreta a assertiva, porque da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.
- d) Incorreta a assertiva, porque a regra geral é de que os processos não podem ser revistos, em razão de fatos novos.
- e) Incorreta a assertiva, porque a regra geral é de que os processos não podem ser revistos, em razão de superveniência de circunstâncias, mesmo se forem relevantes e susceptíveis de justificar a inadequação da penalidade aplicada.

7. (Analista Administrativo da ANEEL 2006) Têm legitimidade para interpor recurso administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/99, exceto:

- a) Os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo.
- b) Aqueles cujos direitos forem indiretamente afetados pela decisão.
- c) Os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.
- d) O Ministério Público da União.
- e) As organizações representativas, em se tratando de direitos e interesses coletivos.

8. (Procurador DF 2004) Nos processos administrativos:

- a) é direito da parte ser intimada de cada ato praticado, ter vista dos autos, obter cópia de documentos e conhecer os fundamentos da decisão e recorrer.
- b) é lícito às partes confiar sua defesa a contador.
- c) dispensa-se o contencioso, que só é obrigatório no processo judicial.
- d) a decisão proferida em segundo grau faz coisa julgada.
- e) a intimação é feita mediante publicação de editais.

GABARITO

Poderes Administrativos

- 1. A
- 2. C
- 3. E
- 4. A
- 5. D
- 6. A
- 7. A
- 8. C

Atos Administrativos

- 1. E
- 2. B
- 3. C
- 4. B
- 5. D
- 6. C
- 7. D
- 8. A
- 9. A
- 10. A
- 11. C
- 12. A
- 13. D
- 14. C
- 15. C
- 16. B
- 17. D
- 18. D
- 19. C
- 20. E
- 21. A
- 22. C

Licitação Pública

- 1. C
- 2. C
- 3. C
- 4. E
- 5. D
- 6. D
- 7. A
- 8. E
- 9. D
- 10. E
- 11. E
- 12. C
- 13. A
- 14. A
- 15. C
- 16. C
- 17. C
- 18. A
- 19. A

Processo Administrativo Federal

- 1. D
- 2. E
- 3. E
- 4. C
- 5. E
- 6. C
- 7. D
- 8. A